

## Rui Barbosa, diplomata

O patrono incontestável da diplomacia brasileira é o “sacrossanto” Barão do Rio Branco, que deve figurar num pedestal do Itamaraty, à direita de Deus Pai, sem qualquer concorrente à sua esquerda (e nenhum iconoclasta se apresentou até hoje). No entanto, Juca Paranhos (seu apelido familiar) atingiu a categoria de mito mais por ter protagonizado algumas bem-sucedidas negociações de fronteiras, numa fase de consolidação dos limites geográficos da pátria, do que por ter formulado, propriamente, as bases conceituais da moderna diplomacia brasileira. Por certo, ele sempre é referido quando se trata da escolha sábia de procurar manter boas relações com o gigante hemisférico, ao mesmo tempo que se buscava cultivar, numa boa barganha de equilibrista, nossa interação com a Europa, de maneira a preservar o rico patrimônio histórico trazido pelos novos imigrantes da fase pós-escravidão. Isso tudo, alertava o Barão, sem alienar nosso capital de altos e baixos com a Argentina, que ele pretendia o mais alto possível, desde que garantida a “relação especial” com os Estados Unidos da era Teddy Roosevelt, que recomendava falar macio, mas carregar um porrete para convencer os recalcitrantes. Rio Branco nunca o desaprovou, pelo menos explicitamente.

Poucos se dão conta de que Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda da República, deveria ser considerado o “pai intelectual” da moderna diplomacia brasileira: ele deixou um legado de posições, hoje devidamente constitucionalizadas nos primeiros artigos da Carta de 1988. Rui nunca foi um diplomata profissional, mas, se o fosse,

poderia facilmente se acomodar, com sua figura esguia e franzina, à esquerda de Deus Itamaratiano, como um legítimo complemento ao redondo Barão. Esta monografia do embaixador Cardim comprova que Rui foi muito maior do que o registrado na literatura da nossa política externa, mesmo sem ter deixado alguma grande obra centrada nessa problemática das relações internacionais. Aliás, parece incrível, mas Rui não deixou nenhum livro publicado, sobre qualquer tema, a despeito de suas “obras completas” – na verdade, coletâneas de artigos e textos diversos – perfazerem 160 volumes. Foi nelas que Cardim mergulhou para escrever a mais completa obra sobre o “diplomata” Rui Barbosa, um orador exímio.

Sua obra de ativo “internacionalista” está dispersa em artigos, pareceres, discursos, orações e preleções jurídicas, tendo sido jurisconsulto, consultor e advogado das boas causas: defendeu, por exemplo, o direito da primeira mulher que passou no concurso do velho Ministério das Relações Exteriores (MRE) a ingressar na carreira diplomática, numa fase de misoginia explícita contra as poucas e corajosas candidatas. Sua mais importante ação diplomática está contida em telegramas, na condição de chefe da delegação à segunda conferência internacional sobre a paz mundial, realizada em Haia em 1907. Ele fez uma “dobradinha” de alta qualidade com o Barão, que trocava freqüentes impressões com ele, em telegramas cifrados, sobre os rumos dessa conferência e as posições que o Brasil deveria mais convenientemente adotar, em face do verdadeiro monopólio que as grandes potências exerciam sobre a agenda internacional. Cardim

selecionou os expedientes e organizou um dossiê abrangente sobre a atividade e o pensamento de Rui em temas internacionais.

Sua importância não parece ter sido reconhecida na diplomacia brasileira até recentemente. Curioso é que, a despeito da preeminência do Barão nos anais da Casa, nenhuma de duas pesquisas recentes sobre as grandes personalidades da história brasileira colocou Juca Paranhos entre os cinco primeiros. Em ambas, figura Rui; numa delas em primeiro lugar, um justo reconhecimento pelo seu mérito de verdadeiro modernizador do Brasil, desde cedo um opositor da tutela militar que insistiu em preservar o poder moderador durante a maior parte da República. Cardim nos traz aqui não exatamente o tribuno civilista e defensor da legalidade democrática, mas o defensor da igualdade soberana das nações, que ocupa lugar de destaque na moderna diplomacia brasileira. Poucos são os textos conhecidos dessa vertente diplomática do famoso jurista baiano, que aqui aparecem pela primeira vez resumidos e interpretados por um diplomata bibliófilo, que também é um acadêmico exemplar e um dos grandes editores de livros acadêmicos.

O livro ainda traz belas imagens de época – fotos e uma saborosa iconografia com charges dos mais famosos humoristas brasileiros de um século atrás – e anuncia, além de tudo, novos volumes sobre Rui Barbosa, internacionalista brasileiro, que a Fundação que leva o seu nome publicará. Mas este já é um livro de coleção...

**Paulo Roberto de Almeida**



**A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo**  
Carlos Henrique Cardim  
Editora Civilização Brasileira, 2007, 350 páginas

# Operário em construção

“É, nós somos perto de analfabeto, porque a obra é um serviço grosseiro, um serviço que a gente trabalha sujo, é rasgado, é queimando no sol, é se agarrando em cima do pau (...) Ah! ‘Peão de obra, aquilo é um peão de obra’. Quer dizer (que) num tem valor, é a classe que mais trabalha, é quem constrói e não tem direito a nada, o pessoal da obra.”

(Raul, 54 anos, carpinteiro da empresa “A”, em depoimento para o livro *Trabalhadores pobres e cidadania*)

solados pelos tapumes dos canteiros de obra e carentes de fiscalização das condições de trabalho, os operários encaravam “aquela moça” como uma novidade: seria repórter, assistente social, detetive ou fiscal do trabalho? Marginalizados dos produtos do conhecimento científico, dada a baixa escolaridade, não sabiam que estavam diante da professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), hoje conhecida por sua qualidade acadêmica no doutorado de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e que nos brinda com o livro *Trabalhadores pobres e cidadania – a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. A obra vai muito além da crítica panfletária e nos leva para um cenário muitas vezes descrito com lirismo sem perder o rigor da análise científica.

Nair fez sua pesquisa de 1989 a 1992 entre operários da construção civil do Distrito Federal (DF) e entorno e das cidades de Natal, João Pessoa, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. “Esse trabalho trata do processo de formação desse sujeito coletivo através de mediações distintas relacionadas com o mundo da família, do trabalho e a esfera da cidadania”, apresenta ela a certa altura. Só que o estudo nos conquista ainda mais por “um sabor inconfundível de realidade à flor da pele, sociologia que prima por sua utilidade pública”. Encontramos sociologia, história e prosa poética extraída da realidade cotidiana.

A pesquisadora mostra as condições espoliativas do canteiro de obra (longas jornadas, alta rotatividade, relações de trabalho opressivas, disciplina rígida do processo de trabalho, irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista, trabalho clandestino, falta de higiene e

segurança nos canteiros de obra e alimentação precária). Para Nair, os operários em construção experimentam uma situação de exclusão que os isola nos tapumes dos canteiros de obra, sob o trato rude dos administradores da produção, onde partilham de situações humilhantes e injustas de forma coletiva, que provocam a sensação de aprisionamento das condições de trabalho. O forte sentimento de exclusão social constituído pela condição operária em que predominam práticas autoritárias das chefias, longas e pesadas jornadas, insalubridade, alto risco de vida e baixos salários situa os trabalhadores em um patamar-limite de sobrevivência e injeta nessa identidade a categoria pobre como parte integrante de sua configuração. A autora promove um resgate histórico de uma época marcada pelo nascimento dos conflitos sociais e uma espiral inflacionária, sobretudo dos preços de gêneros de primeira necessidade, que ocasionava perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Contudo, tal qual a poesia de Vinicius de Moraes, chegou uma hora em que “o operário disse não!”. A experiência de não-cidadania ensejou a estratégia espontânea de luta deste setor de classe, uma resposta a injustiças vivenciadas no cotidiano. De início, as reivindicações eram básicas, em um momento histórico pré-tíquete alimentação. Por incrível que pareça, as primeiras insurreições foram causadas por fatores como a má qualidade da comida das cantinas na obra. Nair nos conta que, ao contrário dos quebra-quebras de ônibus e trens suburbanos de propriedade pública, o alvo dos quebra-quebras da construção é a propriedade privada, materializada nas dependências do canteiro e na obra em construção, como expressão da riqueza que marca,

em nossa sociedade altamente hierarquizada, o trabalho diferenciado a pobres e ricos.

A autora se concentra no espaço social do “canteiro de obra”, que, segundo ela, mistura produção, sociabilidade, submissão e resistência, que às vezes se encontra latente, mas uma hora explode. “Não se combate a desigualdade sem confronto”, sentencia. Bebida, brigas e roubos, sabotagem, entupimento dos vasos sanitários, construção de paredes tortas, são essas as armas dos operários indignados com suas condições.

A obra mostra uma trajetória em construção do sujeito coletivo, um novo sujeito social e histórico naquele momento. Eclode a cidadania de protesto, que é analisada pelo livro, com as várias greves operárias, quebra-quebras do metrô do Rio de Janeiro em 1978, além de duas greves operárias em Brasília (1979 e 1998). Em meio à análise sócio-histórica, Nair dá voz a Raimundo, vigia da empresa “D”, a Hermenegildo, pedreiro da empresa “B”, e assim por diante. Mostra a gestação da cidadania, o operário construído, e não apenas o operário em construção.

Marina Nery



**Trabalhadores pobres e cidadania**

Nair Heloisa Bicalho de Sousa  
Editora da Universidade Federal de Uberlândia,  
2007, 258 páginas, R\$ 30,00